
EDITAL N  003/2009

PROCESSO N  016/2009
MODALIDADE DE LICITA O: PREGÃO
PRESENCIAL
TIPO DE LICITA O: MENOR PREÇO POR
ITEM
REGIME DE EXECU O: EMPREITADA
INDIRETA POR PREÇO UNITÁRIO
OBJETO DA LICITA O: SERVIÇOS
GRÁFICOS E ENCADERNA OES

O Conselho Regional de Enfermagem do Paraná – Coren-PR, Autarquia Federal criada pela Lei n  5.905/73, com Sede na Rua XV de Novembro, 279 – 7  andar, Curitiba-PR, CEP 80020-921, através de seu Presidente, Dr. Montgomery Pastorelo Benites, torna pública a ocorrência do presente pregão presencial que tem por objeto a presta o de serviços gráficos e de encaderna o (descri o detalhada no t pico 8, abaixo). O Pregão será regido pela Lei n  10520/02, pelo Decreto n  3555/00 e subsidiariamente pela Lei n  8666/93.

Dados sobre a se o e o recebimento dos documentos de habilita o e das propostas:

- 1 - Local: Sede do Coren-PR na Rua XV de Novembro, 279 – 7  andar, Curitiba-PR
- 2 - Data: 03 de Novembro de 2009
- 3 - Credenciamento será iniciado às 9:00 h
- 4 - In cio da abertura das propostas: 10:00 h

O licitante interessado que não puder comparecer no local indicado ou não puder enviar preposto devidamente autorizado para representá-lo, poderá enviar os envelopes contendo os documentos de habilita o e as propostas através de

correspondência. Dentro dessa correspondência devem existir 2 envelopes distintos, um para os documentos de habilitação e outro para as propostas. Externo aos envelopes de proposta e habilitação deve constar a “Declaração de Habilitação”, modelo no Anexo III.

A correspondência deve ser enviada para o endereço da Sede do Coren-PR e chegar até o dia 30/10/09, do contrário a proposta não será considerada.

1. RELAÇÃO DE ANEXOS

Integram o Edital os seguintes anexos:

Anexo I - Modelo de Procuração

Anexo II - Modelo de Declaração de não emprego de menor

Anexo III - Modelo de Declaração de Habilitação

Anexo IV - Planilha de Formação de Preços

Anexo V - Minuta de Contrato

2. CREDENCIAMENTO

O credenciamento tem a finalidade de identificar os proponentes e seus eventuais procuradores que acompanharão a seção nela atuando conforme seus poderes.

Será iniciado às 9:00 h com a apresentação da documentação necessária, especificada a seguir.

Os documentos referidos abaixo, **quando não expressamente previsto de modo diverso**, podem ser apresentados de uma das seguintes formas: (1 ) cópias autenticadas em cartório, ou (2 ) originais acompanhados de cópias simples que serão autenticadas por funcionário do Coren-PR:

- **Tratando-se de empresa individual**, quando o próprio empresário comparece   seção: seu documento oficial de identificação e Registro Comercial

- **Tratando-se de sociedade empresária**, quando o próprio representante legal (gerente, sócio, sócio-gerente) comparece   seção: seu documento oficial de identifica o, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obriga es em nome da empresa. Pode ser substituído por Certidão Simplificada da Junta Comercial.
- Caso o licitante se enquadre nas condi es e seja considerado **Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte**, conforme a Lei Complementar n  123/06, art. 3 , I e II, deverá fazer prova de tal condi o através de Certidão expedida pela Junta Comercial, como determina a Instru o Normativa do Departamento Nacional de Registro do Comércio n  103/07, art. 8 . A certidão deve ser apresentada no momento do credenciamento, pelo próprio licitante ou pelo procurador.
- **Tratando-se se Procurador**: Procura o **original** discriminando os poderes outorgados, podendo seguir o modelo que consta no Anexo I – Modelo de Procura o, acompanhada do documento correspondente, dentre os acima (conforme se trate de empresa individual, sociedade empresária, Micro Empresa e Empresa de Pequeno Porte) que comprove que o mandante que assina a procura o está autorizado a fazer a outorga de poderes. A não apresenta o da procura o não ocasionará a desclassifica o do licitante, mas impedir  o suposto procurador de se manifestar ou responder em nome do licitante. A incompletude dos poderes que seriam necessários para algum ato apenas impedir  a prática desse ato.

3. CONDI ES GERAIS DE PARTICIPA O

Não poderá participar do processo licitatrio na condi o de licitante:

- a. Empresa a que foi aplicada a san o de declara o de inidoneidade através de processo administrativo, na forma do art. 87, IV da Lei n  8666/93 ou do art. 7  da Lei n  10520/02;
- b. Empresa a que foi aplicada a san o de suspensão do direito de licitar através de processo administrativo, na forma do art. 87, III da Lei n  8666/93, durante a vigência da suspensão;
- c. Empresa estrangeira que não funcione no Brasil;
- d. Autor do termo de referência, seja pessoa física ou jurídica;
- e. Empresa da qual o autor do termo de referência possua mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, seja gerente, dirigente, acionista, controlador, responsável técnico ou subcontratado;
- f. Empresa que possua vínculos, seja de natureza técnica, comercial, econ mica, financeira ou trabalhista com o autor do termo de referência, ou cujo responsável pelos serviços e fornecimentos possua vínculo daquela espécie com o autor, ou cujo fornecedor dos bens e serviços necessários ao objeto do pregão possua aquele tipo de vínculo com o autor;
- g. Servidor ou dirigente do Conselho Regional de Enfermagem do Paraná;
- h. Cooperativas de trabalho – conforme decisão nos autos da A o Civil Pública n  1082/02, datada 05/06/2003, impetrada pelo Ministério Público do Trabalho, que tramitou perante a 20  Vara do Trabalho de Brasília, na qual foi firmado acordo judicial pelo qual a União se comprometeu a não mais contratar cooperativas de mão-de-obra e ainda recomendar às suas autarquias, funda oes empresas públicas e sociedades de economia mista o estabelecimento dessas mesmas diretrizes (cláusula 5  do acordo) – tal acordo abrange as Autarquias Federais como o Coren-PR;
- i. Empresas reunidas em consórcio ou coliga o.

4. IMPUGNA OES

Até 2 dias úteis antes de ocorrer a abertura das propostas, qualquer cidadão poderá impugnar o Edital por irregularidades na aplica o da legisla o mencionada no preâmbulo, protocolando requerimento direcionado ao Pregoeiro na Sede do  rgo. Essa impugna o será julgada e respondida em até 24 horas.

5. ESCLARECIMENTOS SOBRE O PREGÃO

Até 2 dias úteis antes de ocorrer a abertura das propostas, qualquer cidadão poderá solicitar esclarecimentos ou providências, protocolando requerimento direcionado ao Pregoeiro na Sede do  rgo, ou através do e-mail licitacao@corenpr.org.br. Essa solicita o será respondida em até 24 horas.

6. ASSINATURA DO CONTRATO

Homologado o processo de licita o pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para assinatura do contrato através de correspondência, enviada para o endereço que informar na proposta, com aviso de recebimento (AR), ou através do e-mail informado com pedido de confirma o de recebimento.

O prazo para comparecimento e assinatura do contrato   de 3 dias úteis após a convoca o, **apresentando planilha de preços readequada, conforme o lance vencedor.**

O procurador, com o devido instrumento de mandato, deverá comparecer no prazo mencionado na Sede do Coren-PR, de segunda a sexta-feira, das 9:00 às 16:00 horas, tratando com o membro da Comissão de Gestão de Contratos, Sr. Josenilson da Rocha Lima.

  condi o para assinatura do contrato a manuten o das condi oes de habilita o requeridas nesse edital. Se, na data de assinatura do contrato, as certidões de regularidade fiscal apresentadas ainda estiverem dentro de seus prazos de validade, não será exigida nova apresenta o. Do contrário, deverá ser apresentada nova certidão (ou certidões) válidas.

Por ocasião da assinatura deve ser indicado o número da conta corrente em nome da empresa (se sociedade empresária) ou do proprietário (se empresário individual), banco e  g ncia, para efeito de pagamento.

O não comparecimento, após regular convoca o, no prazo estabelecido, autoriza o Coren-PR a convocar os licitantes remanescentes, seguindo a ordem de classifica o, para assinarem o contrato nas mesmas condi oes do primeiro colocado, como autorizam a Lei n  8666/93, art. 64,   2  e a Lei Complementar n  123/06, art. 43,   2 .

7. SAN OES

A aplica o de qualquer san o será precedida de processo administrativo, regulado pela Lei n  9784/99, observando a legisla o citada no preâmbulo e o seguinte:

- I. **RECUSA EM ASSINAR O CONTRATO** – O caso de recusa injustificada em assinar o contrato ou instrumento equivalente, após regular convoca o, sujeitará o recusante   penalidade de multa de 5% do valor da proposta (ou propostas) vencedora:
 - a. Eventual justificativa da impossibilidade de assinar o contrato ou instrumento equivalente deve ser apresentada em requerimento escrito na Sede do Coren-PR dentro do mesmo prazo para assinatura, sob pena de preclusão.
 - b. Não se aplicar  tal san o aos recusantes convocados na forma da Lei n  8666/93, art. 64,   2 , ou da Lei Complementar n  123/06, art. 43,   2 .
 - c. Além da multa, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Município pelo prazo de 5 anos, conforme Lei n  10520/02, art. 7 .
- II. **ATRASO NA EXECU O** – O caso de atraso no início da execu o do contrato ou de parcela do contrato, sujeitará o

contratado   penalidade de multa de mora de 5% do valor da proposta (ou propostas):

- a. Eventual justificativa ou motiva o de atraso deve ser apresentada em requerimento escrito na Sede do Coren-PR dentro do mesmo prazo previsto para o início da execu o, sob pena de preclusão. A justificativa será julgada pela autoridade competente.
- b. Além da multa, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Município pelo prazo de 5 anos, conforme Lei n  10520/02, art. 7 

III. FALSA DECLARA O DE HABILITA O – A falsa declara o de cumprimento pleno dos requisitos de habilita o sujeitará   declara o de impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios por até 5 anos, sem prejuízo de outras penalidades, conforme Lei n  10520/02, art. 7 

8. OBJETO – DESCRI O DETALHADA

O presente pregão tem por objeto a contrata o de empresa (ou empresas) para prestar serviços gráficos e de encaderna o. Tais serviços foram organizados em ITENS, compreendendo: impressão de Informativos, livros e cartazes, além de serviços de encaderna o, como descritos e caracterizados abaixo:

Item	Descri�o	Caracter�sticas	
1	Jornal Informativo	Edi�es	4
		tiragem	15000 por edi�o
		dimens�es	31.5 x 69 cm, 4x4 cores
		cores e papel	tinta escala em couch� liso 90 g, CTP com prova de cor
		dobra	2 paralelas



CORENPR

conselho regional de enfermagem do paraná

Edital Coren-PR n  003/2009, p. 8

Item	Descri�o	Caracter�sticas	
2	Livro de Bolso - C�digo de �tica	edi�es	1
		tiragem	5000
		dimens�es	13 x 19 cm (formato aberto)
		acabamento	com grampo
		p�ginas	35 frente e verso
		capa	colorida, 4x4 cores, papel cart�o 240 g, plastifica�o brilho em um dos lados
		folhas internas	1x1 cor, papel sulfite 56 g
3	Livro de Bolso - Registros de Enfermagem	edi�es	1
		tiragem	10000
		dimens�es	13 x 19 cm (formato aberto)
		acabamento	com lombada
		p�ginas	100 frente e verso
		capa	colorida, 4x4 cores, papel cart�o 240 g, plastifica�o brilho em um dos lados
		folhas internas	1x1 cor, papel sulfite 56 g
4	Cartazes	edi�es	10
		tiragem	300 por edi�o
		dimens�es	A2
		cores e papel	4x0 cores, couch� 115 g
5	Outros Impressos Eventuais	quantidade mensal	1000
		cores e papel	4x0 cores, couch� 115 g
		dimens�es	A3
6	Encaderna�o de Livros de Inscri�o	capa	22 x 30,5 cm, orienta�o "retrato", capa dura (2 mm), cores distintas por categoria, letras douradas 200 p�ginas A4 75g
		cores da capa	vermelho, azul e verde escuro
		acabamento	costurado com lombada
		componentes da capa	bras�o da Rep�blica, nome da Institui�o, nome da Subse�o, t�tulo do livro, Quadro profissional,
		componentes da lombada	linhas horizontais, Sigla da Institui�o, t�tulo do livro, n� do livro
		encaderna�es previstas	87



Item	Descri�o	Caracter�sticas	
7	Encaderna�o de Livros de Decis�o	capa	22 x 30,5 cm, orienta�o "retrato", capa dura (2 mm), cor verde escuro, letras douradas. Para 200 p�ginas A4 75g
		acabamento	costurado com lombada
		componentes da capa	bras�o da Rep�blica, nome da Institui�o, t�tulo do livro, ano
		componentes da lombada	linhas horizontais, Sigla da Institui�o, t�tulo do livro, ano
		encaderna�es previstas	17
8	Encaderna�o de Livro Raz�o (Contabilidade)	capa	22 x 30,5 cm, orienta�o "paisagem", capa dura (2 mm), cor preta, letras douradas, para papel A4 75g
		acabamento	costurado com lombada
		componentes da capa	bras�o da Rep�blica, nome da Institui�o, t�tulo do livro, volume, m�s e ano
		componentes da lombada	linhas horizontais, Sigla da Institui�o, t�tulo do livro, volume, m�s e ano
		encaderna�es previstas	12
9	Encaderna�o de Livro Di�rio (Contabilidade)	capa	22 x 30,5 cm, orienta�o "paisagem", capa dura (2 mm), cor preta, letras douradas, para papel A4 75g
		acabamento	costurado com lombada
		componentes da capa	bras�o da Rep�blica, nome da Institui�o, t�tulo do livro, volume, m�s e ano
		componentes da lombada	linhas horizontais, Sigla da Institui�o, t�tulo do livro, volume, m�s e ano
		encaderna�es previstas	12

Item	Descri�o	Caracter�sticas	
10	Encaderna�o de Livro Demonstra�o Cont�bil	capa	22 x 30,5 cm, orienta�o "paisagem", capa dura (2 mm), cor preta, letras douradas, para papel A4 75g
		acabamento	costurado com lombada
		componentes da capa	bras�o da Rep�blica, nome da Institui�o, t�tulo do livro, volume, m�s e ano
		componentes da lombada	linhas horizontais, Sigla da Institui�o, t�tulo do livro, volume, m�s e ano
		encaderna�es previstas	1
11	Capas para folha de pagamento (Contabilidade)	capa	24,5 (considerando a lombada: 2 cm) x 30,5 cm, orienta�o "retrato", capa dura (2 mm), cor preta, letras douradas, 2 furos, para papel A4 75g
		componentes da capa	bras�o da Rep�blica, nome da Institui�o, nome da Subse�o, t�tulo do livro, ano
		capas previstas	18

A produ o de qualquer dos itens dependerá de pedido formal do Coren-PR, e deverá ser concluída, com a entrega na Sede do  rgo, em até 15 dias após o pedido.

9. HABILITA O – CONDI OES ESPECÍFICAS DE PARTICIPA O

Os documentos de habilita o podero ser apresentados das seguintes formas:

- a. originais;
- b. cópias autenticadas em cartório;
- c. originais acompanhados de cópias simples que sero autenticadas pelo Pregoeiro ou por qualquer membro da equipe de apoio;

Podero ser apresentadas certidões emitidas eletronicamente. Nesse caso tero sua validade aferida nos sites respectivos.

Como cont duo do Envelope de Habilita o o licitante interessado deverá apresentar os seguintes documentos:

1. Como Habilita o Jurídica

- 1.1. Cédula de identidade – tratando-se o licitante de pessoa física;
- 1.2. Registro comercial – tratando-se o licitante de empresa individual;
- 1.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado - tratando-se o licitante de sociedade empresária. Pode ser substituído por Certidão Simplificada da Junta Comercial
- 1.4. Para Micro Empresas e Empresas de Pequeno porte: Certidão da Junta Comercial, conforme Instru o Normativa do Departamento Nacional de Registro do Comércio n  103/07, art. 8 , caso não tenham apresentado no momento do credenciamento.

2. Como comprova o de Regularidade Fiscal

- 2.1. CPF – tratando-se o licitante de pessoa física;
- 2.2. CNPJ – tratando-se o licitante de pessoa jurídica;
- 2.3. Prova de regularidade com a Seguridade Social, como determina a Constitui o Federal, art. 195,   3 . Pode ser obtida no site <http://www.receita.fazenda.gov.br>, exceto para contribuinte individual, a ser obtida no site <http://www.mps.gov.br>;
- 2.4. Prova de regularidade com o FGTS – caso possua empregados. Pode ser obtida no site <http://www.caixa.gov.br/fgts/crf/index.asp>;
- 2.5. Prova de regularidade fiscal com as fazendas públicas:
 - 2.5.1. Federal e d vida ativa da União (CND tributos federais);
 - 2.5.2. Estadual do domicílio da empresa (CND tributos estaduais);
 - 2.5.3. Municipal do domicílio da empresa (CND tributos municipais).

A Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte deve apresentar a documenta o quanto a regularidade fiscal mesmo que haja restri o. Nesse caso lhe

será concedido o prazo de 2 dias para regularização, como determina a Lei Complementar n 123/06, art. 42 e 43,  1 e 2.

3. Declaração de não emprego de menor – documento firmado pelo licitante declarando que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze, atendendo ao contido na Constituição Federal, art. 7, XXXIII. Podendo seguir o modelo do Anexo II – Declaração de não emprego de menor.

Será inabilitado, não podendo participar de fases subsequentes, o licitante que deixar de apresentar qualquer dos documentos acima ou que apresentá-los incompletos.

10. PROPOSTAS – FORMA DE APRESENTAÇÃO

Deverá ser apresentado (ou encaminhado por correspondência, como descrito no Preâmbulo) um envelope para os documentos de habilitação e outro para a proposta.

O licitante interessado ou seu procurador, apresentar documento, **externo aos envelopes de proposta e habilitação**, em que declara estar ciente de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, na forma da Lei n 10520/02, art. 4, VII. Para isso, poderá ser seguido o modelo do Anexo III – Modelo de Declaração de Habilitação.

Os envelopes devem ser pardos (não transparentes) e indevassáveis.

Os envelopes devem ser identificados da seguinte forma:

Envelope de Propostas:

(NOME OU RAZÃO SOCIAL)
(CNPJ)
Envelope n  1 – Proposta
Edital n  003/2009

Envelope de Documentos de Habilita o, contendo os respectivos documentos:

(NOME OU RAZÃO SOCIAL)
(CNPJ)
Envelope n  2 – Habilita o
Edital n  003/2009

A proposta deverá ser apresentada na forma do Anexo IV – Planilha de Forma o de Preços.

Poderão ser apresentadas propostas para mais de um item. Caso não haja proposta para alguns dos itens deve ser escrito “SO” no campo correspondente, indicando que não há oferta.

A proposta deve:

- a. Indicar nome ou razão social da proponente, seu endereço completo, telefone, fax e endereço eletr nico;

- b. Ser redigida em língua portuguesa, admitidas expressões técnicas de uso corrente em língua estrangeira;
- c. Não conter rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas;
- d. Ser datada, rubricada em todas as folhas e ao final assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, se assim credenciado;
- e. Ter validade mínima de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua apresenta o;
- f. Observar a descri o do objeto da presente licita o, não alterando suas especifica es, características ou quantidades;
- g. Indicar os preços em moeda corrente nacional, em algarismos, com 02 (duas) casas decimais, apurados   data de sua apresenta o, fixos e irreajustáveis nos primeiros 12 meses do contrato. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o objeto da presente licita o;
- h. Conter oferta precisa, sem alternativa de preços ou qualquer outra condi o que não permita o julgamento objetivo o ou dificulte.

Eventuais erros formais nas propostas poderão ser corrigidos pelo licitante ou por seu procurador, devidamente autorizado, se presente um ou outro   se o.

Será desclassificado o licitante que apresentar proposta em desconformidade com o exigido ou cujo preço não seja aceitável.

11. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

Compete ao Pregoeiro, com auxílio da equipe de apoio, receber as propostas, classificá-las, acompanhar os lances, analisar a aceitabilidade dos preços, bem como lhe cabe avaliar os documentos de habilita o, tudo seguindo o disposto neste Edital, na Lei n  10520/02, no Decreto n  3555/00 e subsidiariamente na Lei n  8666/93.

Todo o ocorrido constará da ata da seção, que, como todos os documentos e propostas, será assinada pelos licitantes presentes ou por seus procuradores e pelo Pregoeiro e membros da equipe de apoio.

Ao Pregoeiro ou   autoridade superior   facultada, em qualquer fase da licita o, a promo o de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instru o do processo, não se admitindo, entretanto, a inclusão de documento ou informa o que deveria constar originariamente da proposta ou entre os documentos de habilita o.

Será seguido o critério de MENOR PREÇO POR ITEM, considerando o “Custo Total” do item.

As propostas serão classificadas em ordem crescente de valor. Serão selecionadas para a fase de lances verbais: a proposta de menor valor e as de valor até 10% superiores a ela, ou as imediatamente superiores até completar 3 propostas para participar dessa fase, exceto se não houver licitantes suficientes.

Dentre os selecionados, os lances serão iniciados seguindo a ordem da proposta de maior valor para a de menor valor e deverão ser sucessivos e decrescentes.

A Redu o Mínima, conforme o item, será de:

Item										
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
R\$ 700,00	R\$ 170,00	R\$ 400,00	R\$ 300,00	R\$ 1.000,00	R\$ 45,00	R\$ 5,00	R\$ 5,00	R\$ 5,00	R\$ 0,50	R\$ 15,00

Desistindo de apresentar lance verbal, será mantido o último preço proposto pelo licitante classificado e assim registrado para finalidade de ordenar as propostas.

Finalizados os lances, caso haja, dentre os licitantes, Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte, assim devidamente identificada, que tenha apresentado preço não superior a 5% do menor preço obtido, será possibilitado que apresente proposta inferior no prazo de 5 minutos. Havendo mais de uma proponente nessa situa o, a possibilidade de reduzir a proposta caberá, em primeiro lugar,   de menor preço dentre elas. Empatadas as proponentes nessa situa o, o direito   redu o será apurado por sorteio na forma da Lei n  8666/93, art. 45,   2 .

Encerrada a etapa de lances, ou caso essa n  ocorra, ou após o uso do direito de redu o tratado acima, será avaliada a aceitabilidade do preço, ou proposta, podendo o Pregoeiro negociar para obten o de menor preço.

Aceita a proposta, ou o lance, ou a negocia o, serão avaliados os documentos de habilita o. Estando em conformidade será declarado o vencedor.

Inabilitado o licitante da melhor proposta, será adotado o mesmo procedimento de avalia o dos documentos de habilita o das propostas seguintes, conforme a ordem de classifica o, até que o proponente esteja devidamente habilitado, admitindo-se sempre a negocia o para obten o de menor preço.

Havendo manifesta o de interesse de recorrer por parte de licitante cujo envelope de documentos de habilita o não precisou ser aberto, tal envelope permanecerá fechado e será mantido no processo. Passado o prazo para as razões de recurso sem sua apresenta o ou julgado improcedente o recurso, o envelope poderá ser retirado.

Não havendo manifesta o de interesse de recorrer, o envelope de documentos de habilita o que não precisou ser aberto será devolvido para o licitante ou seu procurador. Seguirá o processo para homologa o pelo Presidente do Coren-PR.

12. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

Foram apurados no Processo Administrativo n  016/2009, como média das pesquisas realizadas, os seguintes preços de referência que corresponderão aos preços máximos anuais aceitos pelo Coren-PR:

Item										
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
15.960,00	3.487,75	9.010,50	7.956,30	30.840,00	1.087,50	212,50	150,00	150,00	12,50	378,00

13. CONDI ES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

Recebimento provisório: O responsável pelo Setor solicitante do serviço receberá provisoriamente o objeto do contrato mediante termo circunstanciado a ser elaborado em até 15 dias após a comunica o formal da conclusão e assinado por ele e pelo contratado ou por seu representante. Passado o prazo de 15 dias sem a emissão do termo, será considerado recebido provisoriamente o objeto.

Recebimento definitivo: O responsável pelo Setor solicitante do serviço receberá definitivamente o objeto do contrato, após prazo de observa o e vistoria que não exceder  90 dias, mediante termo circunstanciado assinado pelo responsável ou comissão e pelo licitante ou seu procurador. Passado o prazo de 90 dias sem a emissão do termo, será considerado recebido definitivamente o objeto.

Mesmo após o recebimento definitivo se mant m, para o contratado, a responsabilidade civil e  tico-profissional pela perfeita execu o, estando obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas custas, total ou parcialmente, o objeto sempre que se verificarem vícios, defeitos ou incorre es.

14. CRITÉRIOS DE REAJUSTE

Durante a vigência do contrato os preços não serão reajustados.

São de admitir  reajustamento mediante requerimento formal do prestador em que demonstre terem ocorrido fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, que contribuíram para o retardamento ou impossibilitaram a execu o dos serviços ou o fornecimento dos materiais, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configure risco econ mico extraordinário e extracontratual.

15. CONDI ES DE PAGAMENTO

O pagamento correrá por conta da dota o orçamentária n  04.1.02.001.0001.0005.0019.

Conforme sua necessidade, o Coren-PR emitirá ordens de serviço para produ o dos materiais. Será indicada a quantidade e será considerado os preços apresentados na proposta para chegar ao valor final a que o contratado terá direito pelos serviços prestados.

O contratado apresentar  a nota-fiscal pertinente aos serviços, onde devem ser indicadas as reten es dos impostos incidentes (como IR, CSLL, COFINS, PIS/PASEP).

O pagamento será efetuado por meio de crédito em conta corrente do prestador, tal como informada no momento da assinatura do contrato, em até 30 dias, após a presta o do serviço e observada a manuten o das condi es de habilita o.

Em caso de irregularidade na presta o do serviço e/ou na nota-fiscal ou no fornecimento do material, o prazo de pagamento será contado a partir da correspondente regulariza o.

Mesmo após a presta o do serviço, se mant m para o contratado a responsabilidade civil e  tico-profissional pela perfeita execu o, estando obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas custas, total ou parcialmente, o objeto sempre que se verificarem vícios, defeitos ou incorre es.

16. RECURSOS

A inten o de recorrer deve ser manifestada pelo licitante, ou seu procurador, de forma imediata e motivada, logo após a declara o do vencedor do item objeto de recurso, conforme prevê a Lei n  10520/02, art. 4 , XVIII e XX, sob pena de decadência.

Ao licitante que manifestar inten o de recorrer será concedido o prazo de 3 dias para apresentar as razões do recurso de forma escrita, na Sede do Coren-PR e

endereçadas ao Presidente. Será possível consultar os autos, porém sem sua retirada, permitida a extração de cópias.

Os demais licitantes com procuradores na seção, ficarão nela intimados do prazo de 3 dias após as razões do recorrente para contra-razões a serem apresentadas de forma escrita, na Sede do Coren-PR e endereçadas ao Presidente. Os licitantes sem procuradores na seção serão intimados por qualquer meio que assegure a ciência do prazo. Será possível consultar os autos, porém sem sua retirada, permitida a extração de cópias.

Encerrado o prazo para contra-razões, o recurso será julgado em até 5 dias e então publicado na imprensa oficial.

17. DEMAIS DISPOSI OES

Quando todos os licitantes forem inabilitados ou quando todas as propostas forem desclassificadas, a critério do Presidente do Coren-PR e desde que não haja prejuízo, poderá ser fixado prazo de 8 dias úteis para que os licitantes apresentem os documentos de habilitação ou as propostas corrigindo os erros que levaram   inabilitação ou   desclassificação.

Esta licitação poderá ser anulada por ilegalidade em seu processamento ou julgamento, e revogada, a juízo exclusivo do Coren-PR, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, nos termos da Lei n  8666/93, art. 49.

Curitiba, 13 de Outubro de 2009.

Montgomery Pastorelo Benites
Presidente do Coren-PR
Coren-PR n  42747

Oscar Pelissari Machado
Pregoeiro
Portaria Coren-PR n  14/2009

ANEXO I - Modelo de Procura o

PROCURA O

Outorgante: _____ (razão social), inscrita no CNPJ/MF n . _____, com sede na _____(endereço completo), por seu(s) representante(s) legal(is) abaixo assinado(s),

Outorgado: Sr. (a) _____ (qualifica o completa); inscrito no CPF n . _____; portador do RG n . _____, domiciliado em _____ (endereço completo),

Poderes: representar em todos os atos inerentes o Pregão Presencial regido pelo Edital n  003/2009 do Conselho Regional de Enfermagem do Paraná – Coren-PR, podendo formular lances, complementar proposta, negociar preço, interpor recursos ou ressalvas, renunciar   interposi o de recursos, acordar, transigir, desistir, receber avisos e intima es, assinar declara es e assinar o Contrato oriundo da Licita o, enfim, praticar todos os atos necessários ao bom e fiel cumprimento deste mandato.

(Local e data)

Razão Social

(assinatura do(s) representante(s) legal(is) indicados
no contrato social ou documento cong nere e carimbos identificadores).

(Reconhecer Firma)

ANEXO II - Modelo de Declara o de não Emprego de Menor

DECLARA O DE NÃO EMPREGO DE MENOR

_____ (razão social), inscrita no CNPJ/MF n . _____, com sede na _____ (endereço completo), DECLARA que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condi o de aprendiz, a partir dos quatorze, atendendo ao contido na Constitui o Federal, art. 7 , XXXIII.

Local e data.

(assinatura do procurador)

ou

(assinatura do(s) representante(s) legal(is) indicados no contrato social
ou documento cong nere e carimbos identificadores)

ANEXO III - Modelo de Declara o de Habilita o

DECLARA O DE HABILITA O

_____ (razão social), inscrita no CNPJ/MF n  _____, com sede na _____ (endereço completo), DECLARA, sob as penas da lei, que preenche todos os requisitos para habilita o exigidos no Edital n  003/2009.

Local e data.

(assinatura do procurador)

ou

(assinatura do(s) representante(s) legal(is) indicados no contrato social
ou documento cong nere e carimbos identificadores)

ANEXO IV - Planilha de Forma o de Preços

PLANILHA DE FORMA O DE PREÇOS

DADOS DA EMPRESA	
Raz�o Social	
Endere�o	
CNPJ	
Insc. Estadual	
Insc. Municipal	
Telefone	
e-mail	

ITEM	DESCRI�O (*)	
	Jornal Informativo – 4 edi�es	
1	custo por edi�o	R\$
	custo total	R\$
	Livro de Bolso - C�digo de �tica – 1 edi�o	
2	custo total	R\$
	Livro de Bolso - Registros de Enfermagem – 1 edi�o	
3	custo total	R\$
	Cartazes – 10 edi�es	
4	custo por edi�o	R\$
	custo total	R\$
	Outros Impressos Eventuais – 1000 impress�es/ m�s	
5	custo por impress�o	R\$
	custo mensal (1000 impressos)	R\$
	custo anual (12000 impressos)	R\$
	Encaderna�o de Livros de Inscri�o – 87 encaderna�es	
6	custo por encaderna�o	R\$
	custo total	R\$
	Encaderna�o de Livros de Decis�o – 17 encaderna�es	
7	custo por encaderna�o	R\$

ITEM	DESCRI�O (*)	
8	Encaderna�o de Livro Raz�o (Contabilidade) – 12 encaderna�es	
	custo por encaderna�o	R\$
	custo total	R\$
9	Encaderna�o de Livro Di�rio (Contabilidade) – 12 encaderna�es	
	custo por encaderna�o	R\$
	custo total	R\$
10	Encaderna�o de Livro Demonstr�o Cont�bil – 1 encaderna�o	
	custo total	R\$
11	Capas para folha de pagamento (Contabilidade) – 18 capas	
	custo por capa	R\$
	custo total	R\$

* - Mais detalhes no t pico 8. Objeto – Descri o Detalhada, do Edital n  003/2009.

Obs.: escreva SO para o item que não tiver oferta.

Validade do Orçamento: 60 dias

Local e data.

(assinatura do procurador) ou

(assinatura do(s) representante(s) legal(is) indicados no contrato social
ou documento cong nere e carimbos identificadores)

ANEXO V - Minuta de Contrato

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO N  ____/____ PARA PRESTA O DE SERVIÇOS GRÁFICOS OU DE ENCADERNA O, QUE ENTRE SI FAZEM O CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO PARANÁ E A EMPRESA

Processo administrativo n  016/2009
Edital n  003/2009

Pelo presente instrumento, de um lado o **CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO PARANÁ – Coren-PR**, Autarquia Federal criada pela Lei 5.905/73, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, CNPJ n  75.078.816-0001-37, com sede na R. XV de Novembro, 279 – 7  andar, Curitiba-PR, neste ato representado pelo seu Presidente, Dr. Montgomery Pastorelo Benites, doravante denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado a Empresa ____, situada na ____, registrada sob o número CNPJ ____, Inscri o Estadual ____, Inscri o Municipal ____, neste ato representado por ____, CPF n  ____, RG n  ____, doravante denominada **CONTRATADA**, firmam este Contrato que será regido pelas condi es do Edital n  003/2009 e seus anexos, pela proposta da Contratada, pelos preceitos de Direito Público, em especial, pela Lei n  10.520, de 17 de julho de 2002, ao Decreto n  3.555, de 08 de agosto de 2000, alterado pelos Decretos n . 3.693, de 20 de dezembro de 2000 e 3.784, de 06 de abril de 2001, pela Lei Complementar n  123, de 14 de dezembro de 2006, e demais normas pertinentes, e, subsidiariamente, pela Lei n  8.666, de 21 de junho de 1993, mediante as seguintes cláusulas e condi es.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a presta o de serviços gráficos ou serviços de encaderna o.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A presta o dos serviços será solicitada pelo **CONTRATANTE** através de Ordem de Serviço, discriminando o serviço a prestar, a quantidade e o valor, tendo por base o informado na proposta da **CONTRATADA**. Executado o serviço requerido, a **CONTRATADA** fará jus ao pagamento correspondente.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES DO OBJETO

A **CONTRATADA** se obriga a aceitar, nas mesmas condi es contratuais e mediante a celebra o de Termo Aditivo, os acréscimos ou as supressões nos serviços objeto deste

Contrato que se fizerem necessários ao CONTRATANTE, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, ou as supressões resultantes de acordo entre os contratantes, na forma prevista nos    1  e 2 , inciso II, do art. 65 da Lei n  8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ALTERA ES CONTRATUAIS

O presente Contrato poderá ser alterado nos casos, por iniciativa da parte mencionada no art. 65 da Lei n  8.666/93 e nos termos ali previstos, mediante a celebra o de Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUARTA – DO CONTRATO E SUA VIGÊNCIA

O início do contrato, seu regime de execu o e sua vigência regem-se pelas seguintes disposi es.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Integram o presente Contrato, regulando sua execu o, para todos os fins e efeitos de direito, independentemente de transcri o:

- 1) a íntegra do Edital n  003/2009;
- 3) a proposta da CONTRATADA;
- 4) os preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposi es de direito privado.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A resolu o dos casos omissos, observar  os preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposi es de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei n  8.666/93, combinado com o inciso XII do artigo 55 do mesmo diploma legal.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O presente Contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, com início na data de sua assinatura. Poderá ser prorrogado, por iguais e sucessivos períodos, a critério do CONTRATANTE, mediante a celebra o de Termo Aditivo entre as partes, limitada a vigência do contrato a 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei n  8.666/93.

PARÁGRAFO QUARTO – A prorroga o dependerá da realiza o de pesquisa de mercado que demonstre a vantajosidade, para o CONTRATANTE, das condi es e dos preços contratados, justificando a manuten o do Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGA ES E PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE

OBRIGA ES – O CONTRATANTE se obriga a:

- 1) efetuar o pagamento correspondente   execu o do serviço contratado, nos termos e nas condi es especificadas neste Contrato;
- 2) acompanhar e manter fiscaliza o da presta o dos serviços contratados, por intermédio de servidor designado para esse fim como Fiscal do Contrato, em ato próprio, pela autoridade competente do CONTRATANTE, na forma determinada no art. 67 da Lei n  8.666/93;
- 3) comunicar   CONTRATADA, por escrito, toda e qualquer ocorrência relacionada com a presta o do serviço contratado, fixando prazo para sua corre o; e

4) conferir e fiscalizar, periodicamente, os materiais fornecidos de acordo com as especifica es do Edital e com a proposta de preços da CONTRATADA.

PRERROGATIVAS – O CONTRATANTE reserva-se as prerrogativas, previstas na Lei n  8.666/93, de:

1) modificar o Contrato, unilateralmente, para melhor adequa o às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da CONTRATADA;

2) rescindir o contrato, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 desta Lei;

3) fiscalizar a execu o do contrato;

4) aplicar san es motivadas pela inexecu o total ou parcial do ajuste;

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O CONTRATANTE rejeitar , no todo ou em parte, o serviço executado e os materiais fornecidos, bem como poderá sustar, recusar, mandar desfazer, refazer, consertar, modificar, reparar, corrigir ou substituir o serviço ou materiais, se em desacordo com as regras e especifica es deste Contrato e dos instrumentos que o integram ou com as normas, especifica es e técnicas usuais, ou aqueles em que se verificarem vícios ou incorre es, bem como aqueles executados em desacordo com as normas emanadas pelo Poder Público relacionadas   execu o dos serviços contratados ou que atentem contra a segurança de bens ou pessoas.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGA ES DA CONTRATADA

A CONTRATADA se obriga a:

1) executar o serviço em conformidade com as regras e especifica es deste Contrato e dos instrumentos que o integram;

2) manter, durante toda a vigência deste Contrato, em compatibilidade com as obriga es assumidas, todas as condi es de habilita o exigidas no Edital n  003/2009;

3) manter preposto especialmente designado para representá-la junto ao CONTRATANTE, o qual deverá deixar endereços, telefones (fixo e celular) e fax com o Fiscal do Contrato;

4) atender imediatamente, sem quaisquer ônus para o CONTRATANTE, quaisquer exigências ou esclarecimentos formulados pelo Fiscal do Contrato, relacionadas   execu o do serviço contratado;

5) dar ciência imediata e por escrito ao CONTRATANTE de qualquer anormalidade ou irregularidade que venha a verificar na execu o do serviço contratado;

6) aceitar, nas mesmas condi es contratuais e mediante a celebra o de Termo Aditivo, os acréscimos ou as supressões no serviço objeto deste Contrato que se fizerem necessários ao CONTRATANTE, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, na forma prevista no   1  do art. 65 da Lei n  8.666/93;

7) lançar na Nota Fiscal/Fatura as especifica es do serviço contratado;

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

A CONTRATADA   responsável por todo e qualquer dano causado, direta ou indiretamente, ao CONTRATANTE, a seus prepostos e funcionários ou a terceiros, em razão da execu o deste Contrato, decorrente de ato omissivo ou comissivo, doloso ou

culposo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o acompanhamento e a fiscaliza o da execu o do serviço pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZA O

O acompanhamento e a fiscaliza o da execu o deste Contrato, bem como o aceite formal do serviço contratado, serão de responsabilidade de servidor designado como Fiscal do Contrato para esse fim, em ato próprio, pela autoridade competente do CONTRATANTE.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O acompanhamento e a fiscaliza o da execu o deste Contrato serão exercidos no interesse do CONTRATANTE e não excluem nem reduzem a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou danos, nem implica em co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes ou prepostos.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O fiscal do Contrato pode sustar qualquer trabalho que esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária.

CLÁUSULA NONA – DO PREÇO E DAS CONDI OES DO PAGAMENTO

O CONTRATANTE fará, através de Ordens de Serviços, a solicita o dos serviços a serem prestados em até 15 dias pela CONTRATADA. Será discriminado o serviço solicitado e informando a quantidade requerida. O preço será determinado tendo por base os valores ofertados pela CONTRATADA em sua proposta.

PARÁGRAFO PRIMEIRO — A CONTRATADA deverá lançar na Nota Fiscal/Fatura as especifica es do serviço objeto deste Contrato. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribui es das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprova o, a fim de evitar a reten o na fonte dos tributos e contribui es, de acordo com a Lei n  9.317/96 e a LC n  123/06. A CONTRATADA, na emissão da Nota Fiscal/Fatura mensal, deverá destacar a reten o para a Seguridade Social, na conformidade e montante estipulado na Lei 8.212/91, e suas altera es posteriores, sendo este valor retido pelo CONTRATANTE e por ele repassado ao INSS, na forma da legisla o específica em vigor.

PARÁGRAFO SEGUNDO — No texto da Nota Fiscal/Fatura deverá constar obrigatoriamente o objeto da presta o de serviço, o mês de referência do serviço prestado, o n  do processo que deu origem   contrata o, o nome do Banco, a Agência e o n  da Conta Corrente da CONTRATADA.

PARÁGRAFO TERCEIRO — O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE, em moeda nacional, por meio de Ordem Bancária, em até 30 dias, contado da data da protocoliza o da Nota Fiscal/Fatura e dos respectivos documentos comprobatórios pela CONTRATADA, condicionado o pagamento   verifica o da conformidade dos serviços aos termos do contrato e dos documentos que o integram.

PARÁGRAFO QUARTO — Considera-se data do pagamento, o dia do depósito em conta com a respectiva emissão da Ordem Bancária.

PARÁGRAFO QUINTO – Em hipótese alguma será admitida antecipac o do pagamento.

PARÁGRAFO SEXTO –   época do pagamento da Nota Fiscal/Fatura serão observadas as disposic es da IN/SRF n  480, de 15 de dezembro de 2004, e suas alterac es posteriores. Serão retidas pela CONTRATANTE, quando da efetiva o do pagamento, as parcelas correspondentes ao Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ),   Contribui o Social sobre o Lucro Líquido (CSLL),   Contribui o para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e   Contribui o para o PIS/PASEP, consoante disposi o do art. 64 da Lei n  9.430, de 27.12.96, (ISS) Imposto sobre Serviço, devido ao município onde será prestado o serviço contratado (LC n  116/2003 – art.6    2 , inciso II).

PARÁGRAFO SÉTIMO – Para a realiza o de qualquer pagamento, a CONTRATADA deverá manter, ou comprovar que mant m, as condi es de habilita o exigidas no Edital n  003/2009.

PARÁGRAFO OITAVO – Nenhum pagamento será efetuado   CONTRATADA enquanto estiver pendente de quita o qualquer obriga o financeira para com o CONTRATANTE, que lhe tenha sido imposta em decorrência da aplica o de penalidade contratual resultante do devido processo legal.

PARÁGRAFO NONO – O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE, mediante depósito bancário na conta corrente n  _____, da agência _____, do Banco _____, de titularidade da CONTRATADA. A CONTRATADA poderá indicar outra conta para a realiza o do pagamento, ficando estabelecido, desde já, que na falta de qualquer comunica o nesse sentido o pagamento será realizado na conta-corrente indicada neste dispositivo.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento por parte do CONTRATANTE, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, fica convencionado que os encargos moratórios devido pelo CONTRATANTE, entre a data em que o pagamento   devido e a data do efetivo pagamento, serão calculados mediante a aplica o da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I =  ndice de atualiza o financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = (TX/100)/365$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%(seis por cento)

$$I = (6/100)/365$$

$$I = 0,0001644$$

A atualiza o financeira prevista neste subitem será incluída na fatura do mês seguinte ao da ocorrência.

CLÁUSULA DEZ – DA REPACTUA O

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os preços ajustados para a execu o dos serviços objeto deste Contrato são fixos e irremovíveis para o período de 12 (doze) meses, podendo, no

entanto, ser repactuados, desde que seja observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses e mediante a demonstração analítica do aumento ou da diminuição dos custos da prestação dos serviços, de acordo com Planilha de Formação de Preços atualizada, a ser fornecida pela CONTRATADA, devidamente instruída com os documentos comprobatórios do aumento ou da diminuição dos custos da execução dos serviços.

PARÁGRAFO TERCEIRO – As repactuações serão precedidas de solicitação da CONTRATADA. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força legal ou decisão judicial.

PARÁGRAFO QUARTO – A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

PARÁGRAFO QUINTO – No caso de repactuação, será lavrado termo aditivo ao contrato vigente.

PARÁGRAFO SEXTO – O CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

I - a partir da assinatura do termo aditivo;

II - em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para as possíveis repactuações futuras.

PARÁGRAFO OITAVO – O CONTRATANTE deverá assegurar-se de que os preços contratados são compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA ONZE – DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do contrato, à CONTRATADA serão aplicadas as seguintes penalidades, previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, sempre observado o devido processo legal, que assegure o contraditório e o direito à ampla defesa:

a) advertência por escrito;

b) multa;

c) suspensão temporária do direito de participar de licitação e de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir ao CONTRATANTE os prejuízos resultantes da inexecução contratual e depois de decorrido o prazo da penalidade aplicada com base na alínea anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A aplicação das penalidades fixadas nas alíneas “a”, “b” e “c” do *caput* é da competência exclusiva do Coren-PR.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A aplicação da penalidade estabelecida na alínea “d” do *caput* é de competência exclusiva do Ministro de Estado a que se vincula o CONTRATANTE, facultada a defesa da CONTRATADA no respectivo processo, no prazo

de 10 (dez) dias, contados da data da abertura de vista, podendo a reabilita o ser requerida após 2 (dois) anos da sua aplica o.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A penalidade de multa, de que trata a alínea “b” do *caput* será aplicada   CONTRATADA da seguinte forma, sem prejuízo da possibilidade de rescisão do Contrato, por ato unilateral do CONTRATANTE:

a) pelo atraso ou interrup o injustificados na presta o dos serviços objeto do contrato, será aplicada multa de mora diária, calculada   razão de 0,3% (tr s décimo por cento) sobre o valor mensal estimado do contrato, limitado a 2% (dois por cento) do valor mensal do contrato;

b) pelo atraso ou interrup o no serviço contratado, por período superior a 30 (trinta) dias, corridos ou intercalados, será aplicada multa de 0,3% (tr s décimos por cento) sobre o valor global estimado da contrata o e multa indenizadora de 10% (dez por cento) sobre esse valor;

c) pelo cumprimento irregular ou pela inexecu o parcial da contrata o, será aplicada multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da contrata o relativa aos serviços executados irregular ou parcialmente;

d) pelo descumprimento total da contrata o será aplicada multa de 20% (vinte por cento) do valor global estimado da contrata o.

PARÁGRAFO QUARTO – Se o valor da multa aplicada não for recolhido aos cofres do CONTRATANTE pela CONTRATADA, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da notifica o da decisão definitiva do CONTRATANTE, poderá ser ele descontado dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE e, na impossibilidade de se proceder a descontos, será o valor inscrito como D vida Ativa e cobrado judicialmente pelo CONTRATANTE.

PARÁGRAFO QUINTO – As penalidades previstas no *caput* serão aplicadas isoladas ou cumulativamente   de multa.

PARÁGRAFO SEXTO – As penalidades previstas nesta Cláusula são poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito ou força maior, devidamente justificado, comprovado pela CONTRATADA e aceito pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA DOZE – DA RESCISÃO DO CONTRATO

Este contrato poderá ser rescindido nos casos e nos termos previstos nos artigos 77 a 80 da Lei n  8.666/93.

CLÁUSULA TREZE – DA DOTA O ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste Contrato correrão por conta n  da dota o orçamentária n  04.1.02.001.0001.0005.0019 (Serviços Gráficos).

CLÁUSULA QUATORZE – DA EFICÁCIA DO CONTRATO

Este Contrato são terá eficácia depois de publicado seu extrato no  rg o Oficial, em conformidade com o disposto no   1  do art. 61 da Lei n  8.666/93.

PARÁGRAFO ÚNICO – Incumbirá ao CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste Contrato e de seus eventuais Termos Aditivos no  rg o Oficial, até o 5  (quinto) dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

CLÁUSULA QUINZE – DO FORO

Para dirimir todas as questões oriundas do presente Contrato, será competente o Juízo Federal da Seção Judiciária de Curitiba, com a exclusão de qualquer outro.

Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam as partes o presente contrato em 03 (três) vias, de igual teor e forma e para os mesmos fins e efeitos de direito, juntamente com as 02 (duas) testemunhas abaixo nomeadas.

Curitiba, ____ de _____ de _____.

Dr. Montgomery Pastorelo Benites
Presidente
**Conselho Regional de Enfermagem
do Paraná**

CONTRATADA

Testemunha 1
Nome
CPF
RG

Testemunha 2
Nome
CPF
RG